



Sumário

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	41
1. Direitos a uma prestação e execução	41
2. Direito potestativo e execução	42
3. Conceito de execução	45
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	45
5. Execução imprópria	47
6. Classificação da execução	48
6.1. Execução comum e execução especial	48
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	49
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	49
6.4. Execução direta e execução indireta	50
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	56
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução.....	58
7.1. Cognição na execução	58
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo.....	60
7.3. Coisa julgada	62
Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	65
1. Princípios da execução	65
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	65
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	67
1.3. Princípio da boa-fé processual	68
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	68





1.5.	Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	71
1.6.	Princípio do contraditório	76
1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	78
1.8.	Princípio da cooperação	81
1.9.	Proporcionalidade	82
1.10.	Princípio da adequação	84
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	85
2.	Regras fundamentais do processo de execução	86
2.1.	Regra de que não há execução sem título (nulla executio sine titulo)	86
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	87
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	88
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	91
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	91
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	91
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	92
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	95

Capítulo 3 ► **Princípios da tipicidade e da atipicidade dos meios executivos** 99

1.	Introdução	99
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema	101
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	101
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	102
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	104
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	108
2.5.	Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	110
2.6.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	116
2.7.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício	117
2.8.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	120
2.9.	Proibição de o juiz impor, ex officio, como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	122





2.10. Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	123
2.11. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	123
2.12. A prisão civil como medida atípica.....	125
2.13. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	131
2.14. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	132
2.15. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	136
2.16. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp	138
3. Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	140
Capítulo 4 ► Formação do processo de execução	143
1. Considerações iniciais	143
2. A demanda executiva	144
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	144
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	145
2.2.1. Causa de pedir	146
2.2.2. Pedido.....	146
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	149
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	155
3. Petição inicial	160
3.1. Introdução	160
3.2. Requisitos de validade	161
3.2.1. Requisitos gerais.....	161
3.2.2. Documentos indispensáveis	163
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	165
3.3.1.Generalidades.....	165
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário.....	166
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	168
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	169
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	170
3.3.6. Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XII e 1.510-A, Código Civil)	172





3.3.7.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	173
3.3.8.	Intimação de outro credor penhorante	173
3.3.9.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado.	174
3.3.10.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento.....	175
3.3.11.	O caso do bem gravado com servidão	176
3.3.12.	O possuidor conhecido do bem penhorado	177
3.3.13.	Quadro esquemático.....	178
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	183
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	184
4.	Efeitos da litispendência executiva	187
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	187
4.2.	Interrupção da prescrição	187
4.3.	Prevenção	189
4.4.	Litispendência	189
4.5.	Litigiosidade do objeto	189
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	190
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	191
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	191
5.1.	Introdução	191
5.2.	Título executivo.....	192
5.3.	Afirmiação do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	193
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	193
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	194
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	196
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	197
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento	197
5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC.....	198
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar	202
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento.....	203
5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	205
5.3.4.6.	A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplemento.....	205
5.3.5.	Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo.....	207
5.3.6.	Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução	213





Capítulo 5 ► Liquidação de sentença	217
1. A decisão ilíquida.....	217
2. Conceito de liquidação.....	218
3. Liquidação de título judicial: terminologia.....	220
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental.....	222
4.1. Introdução	222
4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	222
4.3. O processo de liquidação.....	223
4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	224
5. Legitimidade para requerer a liquidação	226
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	226
7. Liquidação da sentença arbitral.....	227
8. Momento para requerer a liquidação.....	229
8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	229
8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida.....	230
8.3. Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	231
9. Prescrição e liquidação	231
10. A cognição na liquidação.....	232
10.1. A regra da fidelidade ao título.....	232
10.2. A matéria de defesa na liquidação.....	233
11. Espécies de liquidação.....	235
11.1. Introdução	235
11.2. A liquidação por arbitramento	236
11.3. A liquidação pelo procedimento comum.....	241
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o non liquet.....	244
13. A liquidação contra a fazenda pública	250
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença	251
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência	253
Capítulo 6 ► Título executivo	255
1. A necessidade e a importância do título executivo na execução	255
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	256
3. A taxatividade dos títulos executivos	260
4. Atributos da obrigação representada no título executivo	262
5. Rol de títulos executivos judiciais	265
5.1. Considerações gerais	265





5.2.	Decisão que reconhece a existência de obrigação	265
5.2.1.	Generalidades	265
5.2.2.	Decisão declaratória como título executivo	265
5.2.3.	Decisão constitutiva como título executivo	269
5.3.	Decisão que homologar autocomposição judicial	273
5.4.	Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	274
5.5.	Formal e certidão de partilha	275
5.6.	Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	276
5.7.	Sentença penal condenatória transitada em julgado	277
5.7.1.	Generalidades	277
5.7.2.	Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	278
5.8.	Sentença arbitral	284
5.8.1.	Generalidades	284
5.8.2.	O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	285
5.9.	Decisão estrangeira homologada pelo STJ	286
5.10.	Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de exequatur à carta rogatória pelo STJ	287
6.	Títulos executivos extrajudiciais	287
6.1.	Considerações gerais	287
6.2.	Títulos de crédito	287
6.2.1.	Generalidades	287
6.2.2.	Letra de câmbio	290
6.2.3.	Nota promissória	291
6.2.4.	Duplicata	291
6.2.5.	Debênture	292
6.2.6.	Cheque	294
6.3.	Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	294
6.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	296
6.5.	Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal ..	298
6.6.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	299
6.7.	Contratos garantidos por caução	300
6.8.	Contratos de seguro de vida em caso de morte	301
6.9.	O crédito decorrente de foro e laudêmio	302
6.10.	O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	303





6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	305
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmentemente comprovadas	306
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	307
6.14. Demais títulos	309
6.15. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	311
6.16. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	312
6.17. Título executivo estrangeiro	313
Capítulo 7 ► Partes.....	317
1. Legitimação ativa	317
2. Legitimação passiva	322
3. Litisconsórcio na execução	324
4. Intervenção de terceiro na execução	327
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	327
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	329
Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial	331
1. Considerações iniciais	331
2. Obrigação e responsabilidade	332
2.1. Visão dualista.....	332
2.2. Visão unitarista.....	335
2.3. Visão adotada.....	340
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC).....	341
3.1. Generalidades	341
3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC).....	343
3.3. Bens do sucessor a título singular (art. 789 e 790, I, CPC)	346
3.4. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC)	349
4. Responsabilidade secundária	349
4.1. Bens do cônjuge ou companheiro	349
4.1.1. Consideração introdutória	349
4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	350
4.1.3. Dos bens próprios ou particulares	355
4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	357





4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC).....	358
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais	364
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	366
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC)	368
7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	371
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	372
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	376

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios 379**

1. O princípio da boa-fé na execução	379
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	380
3. Fraude contra credores.....	381
4. Fraude à execução.....	388
4.1. Generalidades	388
4.2. Pressupostos.....	390
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	390
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	392
4.2.2.1. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	392
4.2.2.2. Averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem (art. 792, II, CPC)	398
4.2.2.3. Averbação, no registro do bem, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC)	400
4.2.2.4. Outros casos de fraude à execução.....	403
4.3. Pressuposto subjetivo: scientia fraudis pelo terceiro adquirente	403
4.3.1. Nota introdutória	403
4.3.2. Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	404
4.3.3. Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	406
5. Quadro comparativo	412
6. Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	413
7. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	414
7.1. Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	414
7.2. Contempt of court na execução	418





7.2.1. Generalidades	418
7.2.2. Hipóteses legais.....	420
7.2.3. Ilícito não-danoso	424
7.2.4. Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	425
7.2.5. A punição	425
Capítulo 10 ► Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução	427
1. Generalidades.....	427
2. Honorários no cumprimento da sentença.....	428
2.1. Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	428
2.2. Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	429
2.3. Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	430
2.4. Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	432
2.5. Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	435
3. Honorários na execução fundada em título extrajudicial	436
3.1. Regras gerais.....	436
3.2. Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública....	437
3.3. Honorários na execução fiscal	438
4. Honorários no âmbito recursal	442
Capítulo 11 ► Suspensão da execução.....	445
1. O curso do processo e seus momentos de crise	445
2. Suspensão da execução	446
3. Causas de suspensão da execução	447
3.1. Hipóteses dos art. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	447
3.2. Embargos à execução	448
3.3. Falta de bens penhoráveis	448
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial	450
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	451
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	451
5. Ação rescisória e suspensão do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	451



**Capítulo 12 ► Extinção da execução453**

1. Generalidades453
2. Indeferimento da petição inicial454
3. Satisfação da obrigação454
4. Outras causas de extinção da obrigação456
5. Prescrição, intercorrente ou não456
6. Extinção da execução sem análise do mérito458

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais463**

1. O cumprimento de sentença: noções gerais463
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença465
3. Prazo para o cumprimento da sentença468
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)470
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito471

Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença473

1. Generalidades.....473
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária.....474
2. Competência para a execução da sentença.....477
 - 2.1. Regra geral.....477
 - 2.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição477
 - 2.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando482
 - 2.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal483
 - 2.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca484
3. Competência para a execução de sentença arbitral.....485
4. Competência para a execução de sentença estrangeira486
5. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....487
6. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo.....488
7. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....489
8. Competência para a execução individual de sentença coletiva491
9. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução492



**Capítulo 15 ► Cumprimento provisório495**

1. Consideração introdutória	495
2. Fundamentos.....	495
3. Cabimento.....	496
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	498
4.1. Generalidades	498
4.2. Requerimento do exequente	498
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	501
4.4. Impugnação do executado	503
4.5. Autuação separada	505
4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	506
4.7. Responsabilidade objetiva do exequente	507
4.8. Caução.....	509

Capítulo 16 ► Cumprimento de sentença para pagamento de quantia515

1. Generalidades	515
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	516
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	521
4. Incidente de apuração do valor do crédito	523
4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz	523
4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	525
5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	529
6. A impugnação ao cumprimento da sentença	532
6.1. Noção e natureza jurídica	532
6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente secundum eventum defensionis	534
6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	535
6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	536
6.5. A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	537
6.6. Conteúdo	540
6.6.1. Observação inicial	540
6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	541
6.6.3. Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	542
6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	543





6.6.5.	Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucional (art. 525, §§ 12-14, CPC)	544
6.6.5.1.	Generalidades	544
6.6.5.2.	Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	546
6.6.5.3.	Direito transitório	547
6.6.6.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	549
6.6.7.	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	549
6.6.8.	Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	551
6.6.9.	Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	551
6.6.10.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	552
6.6.11.	A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	554
6.7.	Desistência da execução e consentimento do executado	554
6.8.	Efeito suspensivo da impugnação	555
6.9.	Réplica	556
6.10.	Julgamento e coisa julgada	557
7.	As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	558
8.	A possibilidade averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC).....	559
9.	Protesto de sentença	559

Capítulo 17 ► **Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer** **563**

1.	A tutela jurisdicional	563
1.1.	Acepções	563
1.2.	A tutela jurisdicional diferenciada.....	564
1.3.	Espécies de tutela jurisdicional.....	567
1.3.1.	Definitiva e provisória	567
1.3.2.	Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	567
1.3.3.	Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	567
1.4.	Classificação da tutela específica.....	569
1.4.1.	A distinção entre ilícito e dano	569
1.4.2.	A tutela inibitória	572
1.4.3.	A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	574
1.4.4.	A tutela ressarcitória	577



**Capítulo 18 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade ..579**

1. Introdução.....	579
2. Abrangência do art. 497 do CPC.....	580
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente.....	583
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC).....	586
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor.....	586
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	587
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente.....	589
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução.....	593
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	594
4.5.1. Momento da conversão.....	594
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos.....	596
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer.....	598
5.1. Introdução.....	598
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta.....	598
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC).....	599
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta.....	602
5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária.....	602
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer.....	603
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	604
8. A multa coercitiva.....	605
8.1. Natureza jurídica e beneficiário.....	605
8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade multa.....	607
8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem.....	608
8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	609
8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa.....	613
8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva.....	616
8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de suppressio.....	620
8.5. Destinatário da multa.....	623
8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública.....	626





8.7.	Possibilidade de cumulação com a multa por contempt of court (art. 77, § 2º, CPC)	628
8.8.	Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	632
8.9.	Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	632
8.10.	Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo	634
8.11.	A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica	637
8.12.	A intervenção judicial na empresa como medida coercitiva atípica	637
9.	Procedimento	638
9.1.	A execução como fase do procedimento	638
9.2.	A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão	639
9.3.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	640
9.4.	A medida executiva e sua incidência	643
9.5.	A defesa do devedor durante a fase de cumprimento	645
10.	Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC)	646

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação651**

1.	Introdução	651
2.	A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	652
3.	A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	652
3.1.	Regra geral	652
3.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites	653
3.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica	654
3.4.	Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos	655
3.4.1.	Introdução	655
3.4.2.	Obrigação de dar ou de restituir coisa certa	655
3.4.3.	Obrigação de entregar coisa incerta	657
3.4.4.	Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse	659
3.5.	Momento da conversão em perdas e danos	659
3.6.	Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	660
4.	Procedimento	661
4.1.	Introdução	661
4.2.	Deflagração a requerimento ou de ofício	661
4.3.	Fase inicial e fase de execução forçada	661
4.4.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	662
4.5.	Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência	663
4.6.	Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa	664



5. A defesa do executado.....	664
5.1. Momento, forma e conteúdo.....	664
5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	665
6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....	668
7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.....	673

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública..... 675**

1. Regime jurídico.....	675
2. Cumprimento de sentença em face da fazenda pública.....	677
3. A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....	680
4. Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	683
5. Os créditos de natureza alimentícia.....	683
6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	686
7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório.....	687
8. Sequestro: natureza e objeto.....	690
9. Intervenção federal e estadual.....	692
10. Casos de dispensa de precatório.....	693
11. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para idosos, para portadores de doença grave e para pessoas com deficiência.....	697
12. Utilização de crédito de precatório para compra de imóveis públicos.....	701
13. Parcelamento e financiamento de precatórios.....	701
14. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	704
15. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública. a inconstitucionalidade reconhecida pelo supremo tribunal federal.....	705
16. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 62/2009.....	706
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016.....	709
18. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	712

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia..... 713**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos.....	713
1.1. Noções iniciais.....	713
1.2. Classificação.....	714





1.2.1.	Quanto à origem.....	714
1.2.2.	Quanto à estabilidade	715
1.2.3.	Quanto à natureza.....	716
1.2.4.	Quanto ao momento.....	716
2.	Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	718
2.1.	Generalidades	718
2.2.	Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, caput e §§ 1º-7.º, CPC): protesto e prisão civil	719
2.3.	Cumprimento de sentença por desconto.....	728
2.4.	Cumprimento de sentença por expropriação	730
2.4.1.	Nota introdutória	730
2.4.2.	Levantamento de dinheiro penhorado	731
2.4.3.	Direito de preferência do credor de alimentos	732
3.	Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	732

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22	► Concert Competência na execução fundada em título extrajudicial	737
1.	Generalidades.....	737
2.	Competência da autoridade judiciária brasileira	737
3.	Competência interna para execução.....	739
4.	Competência territorial	740
5.	Execução hipotecária	743
6.	Competência para execução fiscal	743
7.	Pluralidade de executados com domicílios diferentes	744
8.	Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens	744
9.	Títulos de crédito emitidos no exterior	745
10.	Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento.....	746
11.	Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	746
Capítulo 23	► Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial:	749
1.	Considerações iniciais	749
2.	Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	750





2.1.	Fase inicial do procedimento executivo	750
2.1.1.	Demanda executiva e controle judicial	750
2.1.2.	A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	751
2.1.3.	Prazo para cumprimento voluntário	752
2.1.4.	Posturas do executado após a citação	752
2.1.5.	A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	753
2.2.	Segunda fase: a execução forçada	757
2.3.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC) ..	758
3.	A defesa do executado	759
3.1.	Introdução	759
3.2.	Embargos à execução	761
3.2.1.	Noção e natureza jurídica	761
3.2.2.	Valor da causa	763
3.2.3.	Prazo para ajuizamento dos embargos	765
3.2.4.	Competência para processamento e julgamento	767
3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	770
3.2.6.	Intervenção de terceiro	771
3.2.7.	Efeitos dos embargos	772
3.2.8.	Conteúdo dos embargos	775
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC)	779
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos	779
3.2.11.	Procedimento	783
3.2.12.	Recursos	786
3.2.13.	Honorários de sucumbência	787
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado	788
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada	788
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente	789
3.3.	Exceção de pré-executividade	790
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas)	794
Capítulo 24 ► Penhora		801
1.	Noções gerais	801
2.	Funções	802
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	802
2.2.	Conservação do bem	803
2.3.	Direito de preferência	804





3. Natureza jurídica	804
4. Efeitos	805
4.1. Considerações iniciais	805
4.2. Materiais	806
4.2.1. Alteração do título de posse do devedor	806
4.2.2. Ineficácia relativa dos atos de disposição	807
4.2.3. Reflexos penais	808
4.3. Processuais	808
4.3.1. Individualização dos bens	808
4.3.2. Conservação dos bens penhorados	809
4.3.3. Efeito suspensivo à defesa do executado	809
4.3.4. Direito de preferência	809
5. Objeto da penhora	810
6. Impenhorabilidade	810
6.1. Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	810
6.2. Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento ex officio	814
6.3. Fundamentos da impenhorabilidade	819
6.4. Negócios processuais sobre a penhorabilidade	821
6.5. Hipóteses de impenhorabilidade	822
6.5.1. O beneficium competentiae	822
6.5.2. Bens inalienáveis	824
6.5.3. Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	824
6.5.4. Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	826
6.5.5. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	827
6.5.6. Rendimentos de natureza alimentar	828
6.5.7. Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	831
6.5.8. O seguro de vida	834
6.5.9. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	835
6.5.10. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	836





6.5.11. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	837
6.5.12. Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários mínimos)	838
6.5.13. Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	839
6.5.14. Bem imóvel de moradia ("bem de família")	840
6.5.15. Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	846
6.5.16. A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	847
6.5.17. Impenhorabilidade do jus sepulchri, da sepultura e do sepulcro	849
6.5.18. Penhora de bem dado em garantia real	851
6.5.19. Impenhorabilidade de próteses	852
6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)	852
7. Limites da penhora	854
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	855
9. Lugar e tempo da penhora	858
10. Realização, formalização e intimação da penhora	859
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	859
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	860
10.3. Depósito	863
10.3.1. Noções gerais.....	863
10.3.2. Escolha do depositário	863
10.3.3. Funções do depositário	865
10.3.4. Remuneração do depositário	866
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	867
10.4. Intimação do executado	868
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	869
11. Penhora de imóvel	870
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	872
13. Incidentes da penhora	872
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	872
13.2. Substituição da penhora	874
13.2.1. Nota introdutória	874
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	874





13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	877
14. Penhoras especiais	879
14.1. Penhora on line de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	879
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	884
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	890
14.3.1. Generalidades	890
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	890
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	892
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	895
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	897
Capítulo 25 ► Avaliação	899
Capítulo 26 ► Adjudicação	903
1. Considerações gerais	903
2. Procedimento	904
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	907
4. Legitimidade para adjudicar	908
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	911
Capítulo 27 ► Alienação	913
1. Conceito e natureza jurídica	913
2. A alienação judicial por iniciativa particular	916
3. Carta de alienação	919
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	921
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	923
6. A alienação por leilão judicial	924
6.1. O leilão e o leiloeiro	924
6.2. O edital	926
6.3. Transferência do leilão	929
6.4. Intimações prévias necessárias	929
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	931
6.6. Conceito de arrematação	932
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	932
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	934





6.9.	Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	934
6.10.	Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC).....	935
6.11.	Concurso de pretendentes	936
6.12.	Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	938
6.13.	Auto de arrematação (art. 901, CPC).....	938
6.14.	Arrematação “perfeita, acabada e irretratável” (art. 903, caput, CPC).....	939
6.15.	Desfazimento da arrematação	941
6.15.1.	Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação	941
6.15.2.	Desistência ou resilição unilateral da arrematação.....	941
6.15.3.	Invalidade da arrematação.....	942
6.15.4.	Resolução da arrematação.....	944
6.16.	Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	945
7.	Efeitos da alienação	947
7.1.	Efeitos no plano material	947
7.1.1.	Título e modo da aquisição.....	947
7.1.2.	Responsabilidade tributária do adquirente	948
7.1.3.	Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	949
7.1.4.	Posse da coisa adquirida	949
7.1.5.	Alienação de bem objeto de locação ou comodato	950
7.1.6.	Purgação dos direitos reais de garantia	952
7.1.7.	Direito aos frutos pendentes do bem	952
7.1.8.	Traspasso dos direitos reais de gozo	952
7.2.	Efeitos no plano processual	953
7.2.1.	Conversão coativa da penhora	953
7.2.2.	Dever de pagar o preço	953
7.2.3.	Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado	954
8.	Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	954
9.	Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	955
10.	Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	957
Capítulo 28 ► Entrega do dinheiro ao credor		961
1.	Pagamento ao credor na execução por quantia certa	961
2.	Entrega do dinheiro ao credor	961
3.	Direito de preferência. Concurso de penhoras	963
3.1.	Disciplina geral	963
3.2.	Pressupostos	964





3.3. Natureza jurídica	968
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	968
3.5. Questões de alta indagação	970
3.6. Procedimento	970
3.7. Competência para o concurso. "Conexão em razão da penhora"	972

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública..... 975**

1. Observação preliminar	975
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública	976
3. A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução.....	977
3.1. Generalidades	977
3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos	979
3.3. Embargos parciais	979
3.4. Procedimento dos embargos.....	980
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	981
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	981

Capítulo 30 ► **Execução fiscal 983**

1. Noções gerais.....	983
1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa	983
1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores.....	985
1.3. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa.....	986
1.4. Protesto de certidão de dívida ativa	987
2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	988
2.1. Legitimidade ativa.....	988
2.2. Legitimidade passiva.....	989
2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	991
2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	992
3. Competência.....	999
3.1. Competência da primeira instância.....	999
3.2. Competência do STF.....	999
3.3. Competência da Justiça Estadual	1000
3.4. Competência da Justiça Federal	1000
3.5. Competência federal delegada	1001





3.6.	Competência da Justiça Eleitoral.....	1002
3.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1002
3.8.	Competência territorial.....	1003
3.9.	Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial.....	1005
4.	Procedimento.....	1006
4.1.	Fase inicial.....	1006
4.2.	Citação na execução fiscal.....	1008
4.3.	Nomeação de bens à penhora.....	1010
5.	Penhora na execução fiscal.....	1011
5.1.	Generalidades.....	1011
5.2.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1014
5.3.	Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1014
6.	Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz.....	1015
7.	A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN.....	1017
8.	Pedido de parcelamento (CPC, art. 916).....	1019
9.	Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público.....	1020
10.	A defesa do executado.....	1021
11.	Da expropriação na execução fiscal.....	1027
12.	Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal.....	1029
13.	Dos recursos na execução fiscal.....	1031

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial..... 1033**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer 1039**

1.	Considerações iniciais.....	1039
2.	A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer.....	1040
3.	Procedimento.....	1041
3.1.	Introdução.....	1041
3.2.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	1042
3.3.	Segunda fase: execução forçada.....	1046
3.3.1.	Introdução.....	1046
3.3.2.	A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor.....	1047
3.3.3.	A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1049
3.3.4.	Conversão da prestação de fato em perdas e danos.....	1054
4.	A defesa do executado.....	1056





Capítulo 33 ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial	1059
1. Considerações iniciais	1059
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1060
3. Procedimento	1060
3.1. Introdução	1060
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1061
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1064
3.4. Segunda fase: execução forçada.....	1067
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1067
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1067
3.5.2. Momento da conversão	1068
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	1069
4. Defesa do executado.....	1070
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1071
5.1. Considerações iniciais.....	1071
5.2. Apuração do valor indenizatório	1072
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1076
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1078
Bibliografia	1081

